
CIDADES, Comunidades e Territórios



Araguaína/TO: cidade e discurso na Amazônia Brasileira O caso do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto

João de Deus Leite¹, Universidade Federal do Tocantins, Brasil.
Miguel Pacífico Filho², Universidade Federal do Tocantins, Brasil.
Maria Cilene Pires³, Universidade Federal do Tocantins, Brasil.

Resumo

Analizamos a construção do “Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto”, na cidade de Araguaína/Tocantins, com base em teorizações de Orlandi (1999) e Ultramari (2019). Vamos pensar que a construção desse espaço está em função da “ordem do discurso urbano”, produzindo disputas e “organização” para a cidade de Araguaína. Recorremos a duas revistas institucionais, editadas pela Prefeitura de Araguaína: “Prestando contas à comunidade” (2000) e “Araguaína – História e atualidade” (2000), bem como a registros nos principais portais jornalísticos da cidade entre os anos 2011 e 2020. Com base em tais registros, problematizamos o modo como esse espaço foi significado pela gestão municipal, sobretudo na maneira como houve circulação de sentidos, em âmbito local, sobre esse espaço. Recortamos trechos das revistas e dos *sites*, com a finalidade de trabalhar as designações e as adjetivações que, textual e discursivamente, significam a construção desse espaço. Com base nessas materialidades, pensamos nos efeitos da “ordem do discurso urbano”, no caso da cidade de Araguaína, tendo em vista a categoria “organização” sustentada, também, pelo que Villaça (2001) entende como espaço intra-urbano. As análises mostram que há uma discursividade institucionalizada em disputa, em tais revistas e portais, de que a construção e a conclusão da obra do “Espaço Cultural” integram um projeto que remete às problematizações em torno de espaços da mesma natureza tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Palavras-chave: meio urbano, discurso, Amazônia.

¹ joaodedeus@uft.edu.br

² miguilim@uft.edu.br

³ cilene.pires21@yahoo.com.br

Introdução

Três questões se apresentam ao se estudar a dinâmica intra-urbana da cidade de Araguaína, ao norte do estado do Tocantins na Amazônia brasileira. Primeira: ausência de consenso acerca de conceito hegemônico na definição do que é cidade; sobretudo no campo da sociologia urbana, da arquitetura, da geografia e do planejamento urbano, como salientam Vasconcelos (2015) e Ultramari (2019). Segunda: as dinâmicas amazônicas, responsáveis pela formação de diversa tipologia de cidades, que Bertha Becker (1990, 2005, 2013) denomina “floresta urbanizada” e que Trindade Júnior (2013) discute como legado para o entendimento da cidade e do urbano na Amazônia. Terceira: o que se entende como “cidade média”, cuja literatura compreende o escopo que vai daqueles que buscam referência na sociologia clássica de Georg Simmel, problematizando o crescimento das cidades médias brasileiras, como observado em Dourado (2018), até proposições que ampliam as denominações “cidade média” e “cidade de porte médio”, apresentando novas formulações conceituais, de acordo com Lima & Silveira (2018), e a proposição “cidades de comando regional”.

Circunscrevemos as discussões na problematização entre a capacidade dinamizadora de capital nacional e internacional característica das cidades médias que resulta em protagonismo regional e a dualidade entre crescimento econômico e desenvolvimento a partir de indicadores sociais. Nosso recorte propõe a observação da dinâmica de constituição e apropriação de um espaço urbano inserido numa cidade média amazônica cujas características a inserem na dualidade supracitada. Assim, Brandão (2007, 2014) e Rolnik e Jeroen (2011) discutem como a rede urbana brasileira tem sido deficitária no cumprimento de sua função de disponibilização de suporte para garantir o direito à cidade para diferentes setores sociais e que diversidade cultural e social vinculadas a especificidades produtivas regionais devam ser mobilizadas como potencialidades para o desenvolvimento urbano.

Cumprir destacar que a relação entre crescimento econômico e protagonismo regional não se traduz, necessariamente, em acessos mais democráticos aos equipamentos urbanos. Neste artigo, tomamos a construção do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto, em Araguaína/Tocantins, como um equipamento urbano. Essa construção é marcada por contradição: do ponto de vista do discurso oficial é significada como relevante e eficaz em termos de apropriação pelos atores sociais; na esteira do discurso jornalístico local, ao se passarem 10 anos, essa suposta apropriação é significada como problemática. Para dimensionar esses discursos, partimos de materialidades diferentes, conforme mostraremos na seção de análise.

Observadas as considerações sobre temas relacionados à cidade e ao urbano, buscamos referência em Ultramari (2019, p. 290): cidade é conceito incompleto capaz de se portar de maneira distinta em diversos campos investigativos. Nas duas últimas décadas, há discussões no campo das teorias da cidade que nos permitem estabelecer vínculos com a perspectiva que delimitamos. Vicentini (2005), ao debater teorias sobre a cidade e reformas urbanas contemporâneas, aponta, buscando referências em Harvey (1992), possibilidade interpretativa baseada tanto na racionalidade estética quanto no planejamento do espaço. Hannigan & Richards (2017) congregam autores de partes diversas do globo que teorizam o urbano a partir de distintas perspectivas, sejam elas o risco, as cidades globais ou as novas proposições para as teorias urbanas entre as quais a perspectiva de interação e de particularização entre o regional, o local e as dinâmicas internas.

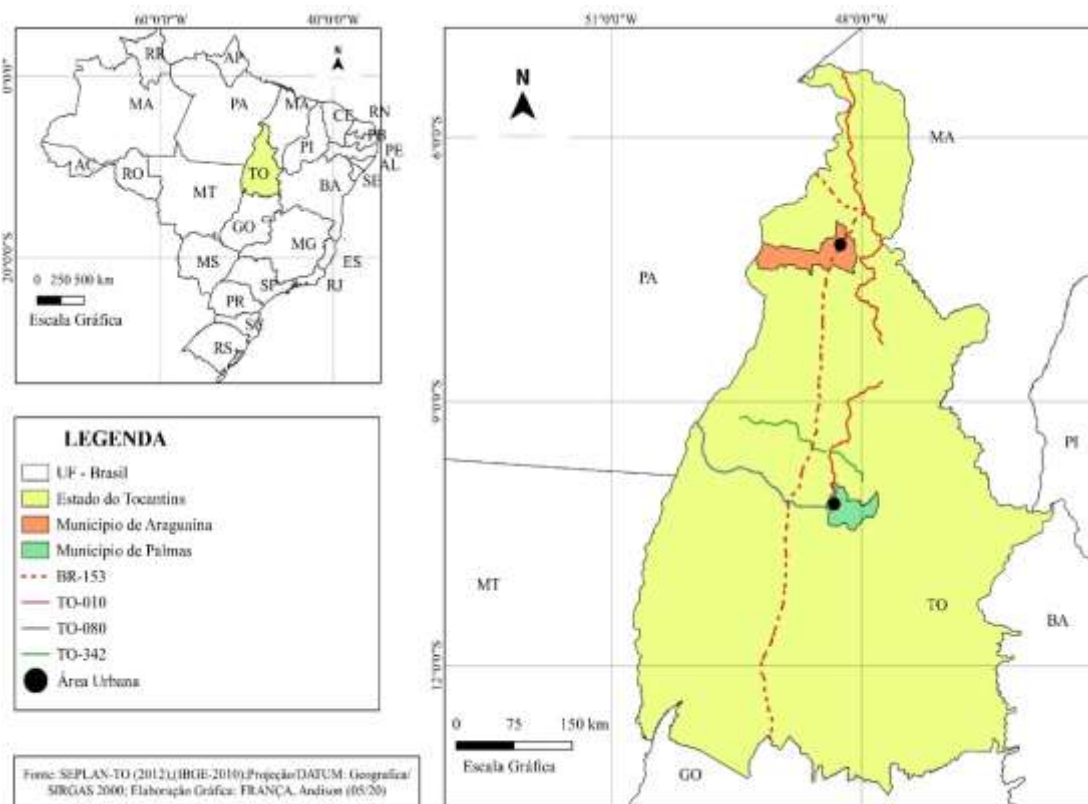
Entendemos cidade como conceito multidisciplinar que possibilita aproximações diversas, aqui tomaremos como referência a vertente discursiva proposta por Orlandi (1999) sobre a cidade, que põe em perspectiva o enfoque na materialidade signifiante; concebida sob o viés discurso, sua constituição é fruto de processos sócio-históricos e ideológicos. Portanto, é produção material, resultante da relação dos sujeitos com as práticas sociais que se inscrevem no e pelo espaço urbano. Essa relação abre a materialidade signifiante à heterogeneidade; sujeitos e práticas sociais ganham circunscrição específica.

Assumir a perspectiva discursiva implica conceber Araguaína como cidade marcada por processos sócio-históricos específicos em que espaços de sociabilidade ganham lugar simbólico. Araguaína pode ser entendida como uma cidade média, com 150.484 pessoas, vivendo na parte urbana e na parte rural, considerando os números do censo

demográfico de 2010. Em 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalhou com a estimativa de 183.381 pessoas. Portanto, o crescimento populacional foi de 21,8% em dez anos. Numa perspectiva comparativa à população do Brasil (IBGE), no mesmo recorte temporal, apresenta os seguintes números: em 2010, a população era de 190.755.799; em 2020, a população estimada é de 211.755.692 habitantes. Consta-se crescimento de 11%, aproximadamente 50% menor do que o observado para a cidade de Araguaína.

A figura 1 demonstra a localização geográfica do município no Estado do Tocantins, da capital Palmas e de suas respectivas ligações com o principal corredor rodoviário que corta o estado, a BR-153:

Figura 1. Araguaína, Palmas e a BR-153



Fonte: SEPLAN-TO (2012); Projeção/DATUM: Geografia/SIRGAS 2000; Elaboração Gráfica: FRANÇA, Andison (05/20)

O ano 2000, marco de construção do “Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto”, objeto de nosso interesse, encontra-se no centro do aumento significativo da população. As dinâmicas e as intervenções intra-urbanas, como as concebem Villaça (2001) e França & Soares (2007), sobretudo aquelas dedicadas ao estudo dos lugares de sociabilidade e de intervenções resultantes da ação do mercado imobiliário destinado à produção de espaços de consumo e de moradia dos setores sociais economicamente privilegiados, serão também consideradas como referencial.

Há produção política e simbólica dos espaços urbanos, a administração pública produz institucionalização de sentidos e legítimas discursividades sobre a cidade. Na esteira de Orlandi (2011), o Estado exerce função de articulador entre os campos simbólico (formas materiais de se institucionalizar os sentidos por meio de leis, de decretos, de propagandas institucionais) e político (formas de naturalizar e de circular sentidos, em meio a campo de disputa de discursividades) da linguagem. Considerando esse papel articulador no processo de produção da cidade, questionamos: de que modo a construção do “Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto”, em Araguaína, no

ano de 2000, integra o funcionamento da “ordem do discurso urbano”? Ainda de acordo com Orlandi (1999), concebemos distinção entre “ordem” e “organização”. A primeira se refere à dimensão simbólica da linguagem, produzindo espaço de significação da cidade expressa pela relação com os sujeitos. A segunda concerne à organização, à construção e à revitalização do espaço físico. Observa-se, então, relação com o espaço empírico em si; determina-lo em termos de edificação.

Para respondermos ao questionamento, recorremos a duas revistas institucionais do ano de 2000: “Prestando Contas à Comunidade” e “Araguaína – História e atualidade”, com o objetivo de analisar como a construção desse “Espaço Cultural” é significada, não perdendo de vista a categoria “organização” afetando e constituindo os processos de urbanização de Araguaína. Por meio de recortes discursivos (RD), procedemos a um trabalho textual-discursivo. Analiticamente, tendo em vista o momento histórico de Araguaína, a discursividade do “Planejamento” e da “construção de obras” foi registrada em tais revistas institucionais como maneira de se marcar uma administração pública exitosa. Somamos a tais referências recortes discursivos extraídos dos principais portais jornalísticos da cidade de Araguaína entre os anos de 2011 e 2020.

Este artigo está dividido em 4 partes: esta introdução que se encerra; a segunda discute a cidade de Araguaína em seu contexto amazônico; a terceira expõe a discursividade em torno da construção do “Espaço Cultural” a partir da categoria “organização”; e as considerações finais.

Araguaína – TO: cidade média e intervenção intra-urbana no contexto amazônico

Considerando cidade como tema, inferimos que suas temporalidades resultam de concepção e usos diversos. Tomemos como exemplo Mariana – MG/Brasil e Bangalore na Índia. A primeira surge como necessidade de atendimento ao trinômio administração-religiosidade-fiscalização, no século XVIII, em torno da exploração do ouro pelos portugueses; atualmente é ressignificada como centro de atração turística. A segunda, originada no século XVI, foi ressignificada durante a década de 1990 pela indústria de informática indiana. Tal reflexão exemplifica o consenso observado na literatura tematizando a dificuldade de delimitação de um conceito capaz de percorrer nuances tão díspares quanto os exemplos mencionados. Assim, Vasconcelos (2015, p. 22) questiona se ainda é pertinente utilizar o termo “cidade” para nomear distintos fenômenos em contextos geográficos e históricos diversos.

Araguaína é parte de uma malha urbana capaz de conferir dinamicidade e caracterização à Amazônia para além da representação, ainda muito arraigada no senso comum de parte significativa do Brasil, a qual propala o sentido de floresta inacessível e portadora de precarização generalizada. É o que salienta Trindade Júnior (2013, p. 89), ao mencionar Bertha Becker e sua percepção de que a compreensão da amazônia está diretamente vinculada ao entendimento da cidade e do urbano nela inseridas, referindo-se à região como “floresta urbanizada”.

Considerando tal perspectiva, Sodré & Ramires (2017, p. 170), ao estudarem as três cidades mais populosas do estado do Tocantins, e entendê-las como cidades médias, insere-as na dinâmica amazônica a partir do avanço significativo do capital nacional e internacional na região. Demonstram constituição de referências urbanas distintas com perfis diversos; sobretudo se considerarmos que a capital do estado Palmas é, consensualmente, uma cidade administrativa; Araguaína é referência para a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal. Júnior & Nascimento (2014, p. 1), ao analisarem a centralidade de Araguaína na borda regional amazônica, afirmam que “se constitui como um importante centro regional na região de fronteira de expansão, onde as cidades médias têm um papel cada vez mais importante de articulação econômica”. As referências classificam Araguaína como cidade média e nos levam à discussão sobre a proposição do conceito. Mencionamos a ausência de consenso, assim como ocorre com a definição de cidade. Consideremos as teorizações de Amorim Filho & Serra (2001, p. 2), que afirmam não haver definição hegemônica e igualmente consensual sobre cidades médias que se permita utilizar sem distinção por sociólogos, arquitetos, linguistas, economistas e geógrafos, embora em cada campo de conhecimento seja possível observar níveis de concordância.

A Tabela 1 sintetiza interpretações sobre cidades médias, orientações teóricas e proposições de diferentes olhares sobre o tema:

Tabela 1. Síntese teórico-propositiva para discussão das cidades médias

Ano	Autor	Perspectiva teórica	Proposição
2001	Steimberger & Bruna	Necessidade de uma política urbana nacional: décadas de 1960 e 1970.	Programa Cidades de Porte Médio como alternativa às deseconomias de aglomeração observadas nas metrópoles regionais e nacionais.
2006	Sposito	Multiplicidade de papéis e espacialidades: Jacques Lévy (1991).	Relações complementares ou competitivas, entre cidades de mesmo nível ou de níveis diferentes; na mesma rede urbana ou entre redes urbanas diferentes.
2013	Zandonadi	O direito à cidade: Lefebvre (2006, 2008).	A cidade corporativa se sobrepõe à cidade do encontro. A crise no urbano se faz a partir de sua expansão, que ocorre com a apropriação do processo pelo capital.
2018	Lima & Silveira	Busca pelo equilíbrio entre as várias funções da cidade: Le Corbusier (1929-1934).	Define a cidade média além da dimensão demográfica, mas, sobretudo, a partir das funções urbanas desempenhadas.
2018	Bogniotti	Teoria da Lógica Social do Espaço: Hillier & Hannson 1984.	Observação de um grupo de cidades pesquisado pela REciME. Afirmam-se particularidades inerentes às cidades médias diferentes da pequena cidade ou da metrópole.
2020	Scherer & Amaral	Teoria do Lugar central: Marshall (1890) e Jacobs (1969).	Agregar ao tamanho populacional elementos que consigam capturar a forma de inserção dessas cidades na rede em que estão inseridas

Fonte: Elaborado pelos autores.

O dinamismo observado nas discussões nos permite percepção distinta daquela encontrada em Lima & Silveira (2018, p. 10), a saber: “não estaria a falta de consenso acerca do uso do termo médio e suas variantes para estas cidades enrijecendo o avançar dos debates acadêmicos?”. Em razão das discussões apresentadas, entendemos que as diversas características do objeto são mutáveis em suas temporalidades e espacialidades, e a falta de consenso pode ser lida como vitalidade, no sentido da busca de construção do rigor da investigação de um objeto cuja característica primeira é mutabilidade. Portanto, para as cidades médias, acentuamos o caráter de prestação de serviços e, conseqüentemente, o posicionamento de comando regional; sobretudo, a inserção em fluxos

econômicos e sociais que as inserem na rota de dinâmicas globais e demandas inerentes a tal configuração. Assim, a problematização em torno de espaços culturais é tema observado em outros contextos nacionais e globais; constatada a sua presença numa cidade amazônica reafirma-se o caráter de dinamicidade das chamadas “*urbes amazônicas*” (Becker, 2013). Os discursos que permeiam as disputas acerca dos espaços urbanos são observáveis em contextos distintos, brasileiros ou europeus.

Cabral (2014, p. 21), ao discutir o centro histórico de Porto Alegre/RS, como objeto de disputas, aborda a cidade como espaço de politização, entendendo que o espaço urbano “é considerado um meio para a realização de projetos e anseios políticos e os espaços públicos servem à realização do direito à cidade”. Observam-se disputas e perspectivas distintas em torno das diversas leituras e interesses. Cabe dizer que a perspectiva teórica é referenciada em Miller & Nicholls (2013), oriunda da compreensão de que segmentos sociais organizados entram em disputas discursivas com segmentos vinculados ao mercado imobiliário e à gestão municipal com perspectivas pautadas na chamada racionalidade administrativa.

Para um contexto distinto, o europeu, De Frantz (2005) menciona dinâmica similar de disputas acerca da implantação de equipamento urbano cultural, o *Museumsquartier Vienna*. Partindo da perspectiva do *city marketing* e das *symbolic regeneration strategies*, aborda um dos maiores complexos culturais do mundo, demonstrando a necessidade de governança participativa e disputa de discursos. Tal disputa se materializa em torno da proposta governamental e polariza gestão e segmentos sociais organizados compostos também por pesquisadores e intelectuais:

The ‘Museumsquartier’ goes back to an initiative by the Austrian federal government for the cultural regeneration of a prominent location in the centre of the national capital. The idea of turning the run-down former imperial baroque stables, which had been used since the 1920s as a fairground, into a museum complex stems from a national parliamentary debate in 1977. (...) But what would normally have been a routine procedure was met by a wave of protests led by several prominent arts historians and ecologist experts who formed a citizen initiative defending the historic city centre against the construction of new architecture (De Frantz, 2005, p. 54.)

A observação de disputas urbanas é perceptível em contextos distintos. Tanto em metrópoles da América Latina, caso de Porto Alegre, quanto em centros urbanos referência para um determinado perfil da cultura ocidental, caso de Viena, cenários e atores distintos compõem diferentes modalidades de embate. Reafirmamos o caráter de vinculação a fluxos nacionais e globais de capitais das cidades médias e, ao constatar as similaridades de disputa em uma delas situada na Amazônia legal, caso de Araguaína, inferimos que o urbano é também palco permanente de tensões.

Em razão do caminho percorrido até este ponto, a saber: o debate sobre cidade, cidades médias, Araguaína contextualizada em sua região, bem como a disputa urbana em torno de equipamentos culturais, passamos à transição para o próximo tópico que abordará o Espaço Cultural. Ressaltamos que o entendimento do referido Espaço no âmbito das discussões sobre cidades se dá pela via das questões intra-urbanas; e de acordo com Villaça (2001), estrutura-se a partir das variáveis observadas acerca do deslocamento humano, seja ele portador de mercadoria ou força laboral a exemplo do que ocorre durante os trajetos casa/trabalho. A abordagem das intervenções intra-urbanas se dá pela centralidade do deslocamento humano, contemplando, também, o tipo casa-lazer. Entendemos que a proposição de materialização de um Espaço Cultural pelo poder público municipal pode ser classificada como uma intervenção sob a ótica supracitada.

Encontramos, em França & Soares (2007), percepção igualmente referenciada no estudo do intra-urbano. Dedicando-se ao estudo de uma cidade média, na região norte do estado de Minas Gerais, a partir da intervenção do mercado imobiliário na construção de subcentros de comércio e de serviços, constroem entendimento contemplando a proposição analítica observada em Villaça (2001): as intervenções intra-urbanas se dão a partir das condições cuja centralidade reside no deslocamento humano. Tanto a implantação de centros de consumo localizados em bairros e fora dos tradicionais espaços comerciais das cidades quanto espaços culturais são instituídos a partir de discursos de legitimação.

Discursividades sobre a construção do “Espaço Cultural”: efeitos da categoria “organização”

Abordamos recortes discursivos (RD) mobilizados de duas origens distintas. A primeira: seção “Cultura” das revistas institucionais da prefeitura de Araguaína, a saber: “Prestando Contas à Comunidade” (2000) e “Araguaína – História e atualidade” (2000). Ressaltamos que essas revistas não tiveram outros números editados, pois elas são fruto da iniciativa da gestão municipal (de 1997 a 2000) para promover a divulgação local das ações da prefeitura. Por essa razão, enfocamos essas duas revistas institucionais. A segunda: notas extraídas dos principais portais jornalísticos da cidade entre os anos de 2011 e 2020. O objetivo é analisar o modo como a construção e a manutenção do “Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto” é significada, textual e discursivamente, nas revistas e nas notas jornalísticas. Não nos foi possível tecer um breve histórico sobre esse Espaço, pois há uma ausência de fontes históricas para tal fundamentação. Sendo assim, este artigo cumpre a função, também, de oportunizar o registro de informações sobre esse equipamento urbano.

A análise que empreendemos está circunscrita à perspectiva de que “a ordem do discurso urbano” (Orlandi, 1999) em funcionamento é a de que a “organização” do espaço urbano, em Araguaína, perpassa a construção de obras e/ou a revitalização e a conservação dos espaços urbanos já existentes. Neste ponto, não perdemos de vista a perspectiva de que a construção desse Espaço, em Araguaína, figura como um equipamento urbano. E, do ponto de vista simbólico, busca-se, na esteira do discurso oficial, produzir a representação desse espaço como mais uma possibilidade de acesso democrático aos equipamentos urbanos. Contudo, de posse desse arquivo particularizado (revistas institucionais e notas de diferentes portais), vamos analisar como a dinâmica regional de acesso a esses equipamentos se mostra contraditória.

Essa “ordem do discurso urbano” (Orlandi, 1999) acaba por produzir a discursividade de que é preciso, tal como: educação, saúde, segurança pública, espaço simbólico para práticas culturais. Busca-se localizar, no espaço urbano, uma edificação que passa a ser referência para as práticas culturais em Araguaína. Como as pessoas circulam pela cidade, sobretudo, como elas se localizam na e pela cidade, a existência e o uso de uma edificação passa a ter um lugar de referência. Daí a necessidade de intervenção intra-urbana.

As análises formuladas estão baseadas na seguinte orientação metodológica: parte-se da materialidade textual, organizada por meio de recortes discursivos (RD), para procedermos à descrição da materialidade; após essa descrição, passamos a elaborar “gestos de interpretação” sobre o que fora descrito. Ao produzirmos o batimento entre descrição-interpretação sobre a materialidade, criamos condições de análise para abordarmos o que, na esteira de Orlandi (1999), destacamos como discursividades sobre a construção do Espaço Cultural.

Nesse movimento de descrição-interpretação, levamos a bom termo a concepção de que essa construção está alinhada a uma dinâmica regional sobre a construção de equipamentos urbanos em cidades amazônicas, como é o caso de Araguaína/Tocantins. É sabido que, na região norte do Brasil, grandes empreendimentos, inclusive com impactos no ambiente, são construídos na área de geração de energia elétrica, por exemplo. E, dados os efeitos de capital nacional e internacional, esses grandes empreendimentos acabam produzindo (ou não) certo protagonismo regional para algumas cidades médias. O recorte analítico que mobilizamos, no artigo, indicia outro tipo de construção de equipamento urbano. E, por essa razão, torna-se relevante, pois toca em uma realidade que põe no centro da discussão a dualidade entre crescimento econômico e desenvolvimento parametrizado por indicadores sociais.

O nosso intuito é analisar, como já destacamos anteriormente, em que medida essa construção resulta (ou não) em acesso da população à cidade, dado esse tipo específico de equipamento urbano com foco em práticas culturais. Para tanto, dimensionar discursividades de base distintas (oficial e jornalística) acaba possibilitando: (1) pensar no modo como a gestão municipal justifica e argumenta sobre a construção desse Espaço na época, isto é, em 2020; (2) pensar na maneira como esse Espaço foi significado e apropriado por atores sociais em Araguaína, tendo em vista os últimos 10 anos. Não podemos perder de vista que a construção desse equipamento urbano deixa entrever certo projeto de urbanização em funcionamento na época, quer queiramos quer não. E, ao longo desses 10 anos, essa construção passa a ser contrastada com outros projetos de urbanização vigentes em cada gestão pública.

Por meio da Figura 1, apresentamos, a seguir, uma fotografia de nosso acervo pessoal, com a visão da escadaria reservada ao público em momentos de espetáculo:

Figura 1. O Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto



Fonte: coleção dos autores.

Antes de iniciarmos o trabalho de análise propriamente dito, consideremos, a seguir, as capas das duas revistas:

Figura 2. Capas das Revistas foco da análise

Fonte: Capa da Revista institucional “Prestando Contas à Comunidade” (2000), à esquerda; Capa da Revista “Araguaína – História e Atualidade” (2000), à direita. Acervo dos autores.

A capa da Revista “Prestando Contas à Comunidade” (2000) traz cinco fotos do “Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto”, mostrando o registro do processo de sua construção; com tiragem de 5.500 exemplares, apresenta um balanço de obras, de ações administrativas, de contas financeiras em diferentes setores da gestão municipal. A seção “Cultura” é uma delas, ocupa uma página da revista e registra o título “Espaço para a arte”, em letras grandes e com a cor rosa, abaixo de uma foto frontal do “Espaço Cultural”. Aparecem, ainda, os títulos: “Homenagem”, “Resgate e registro da história” e “Conselho Municipal de Cultura”, sendo que acima desses dois últimos títulos aparecem fotos, em preto e branco, referentes ao “Espaço Cultural”.

A capa da Revista “Araguaína – História e Atualidade” (2000) apresenta, na parte central, duas fotos da Avenida Cônego João Lima, importante via de Araguaína. A primeira foto mostra a avenida, quando ainda não havia asfalto e poucas casas nos dois lados. Notamos a quantidade expressiva de árvores existentes. A segunda foto, mantendo-se o ângulo da câmera fotográfica, mostra a avenida com um outro tipo de paisagem. Há mais casas, estabelecimentos comerciais, posto de gasolina; a avenida com duas pistas e um pequeno canteiro central. Observamos a ausência de árvores. Na página dos créditos da revista, mais notadamente na inscrição “Fotos da capa”, há a seguinte informação: “Av. Cônego João Lima no início dos anos 70 e na atualidade” (Santiago, 2000, s/p.).

Vejamos o primeiro recorte discursivo RD1, que aparece abaixo de uma foto frontal do “Espaço Cultural” e do título “Espaço para a arte”:

RD1

Criado com o objetivo de incentivar a produção artística local, o Espaço Cultural Agnaldo Borges Filho (foto) é a realização de *um antigo sonho dos artistas e de toda a comunidade araguainense*. Com 877, 22 metros

quadrados de área construída, o complexo abriga um teatro em estilo italiano com capacidade para 250 lugares, um palco externo para shows, um anfiteatro com concha acústica (cujas arquibancadas têm capacidade para até 700 pessoas sentadas) uma sala pedagógica e sala para exposição de artes. *É a primeira grande obra projetada e construída pela Prefeitura na área cultural*, e custou R\$ 607 mil, sendo R\$ 490 mil do Governo Federal e R\$ 117 mil da Prefeitura. Os recursos federais foram conseguidos junto ao Ministério da Cultura pelo então deputado federal Udson Bandeira. O Teatro Municipal (à esquerda) é uma das atrações do Espaço Cultural de Araguaína.

Prestando Contas à Comunidade, 2000: 13 (grifos nossos.)

Em RD1, é explicitado o objetivo da construção do “Espaço Cultural”. A partir dele, é possível abrir dois gestos de interpretação, em termos de efeito de sentido: (1) há em Araguaína a presença de “produção artística local”, contudo falta um espaço simbólico, para que ela seja vista, praticada, exibida; (2) há ausência de “produção artística local”, por essa razão, é preciso a construção de um espaço, para que essa produção seja produzida. Em ambos os gestos de interpretação, a construção do “Espaço Cultural” se mostrou importante para o lugar simbólico para a arte em Araguaína. Do ponto de vista do discurso oficial, busca-se produzir a representação de que essa construção ou é indício de “produção artística local”, ou é indício de que esse equipamento urbano construído irá fomentar essa produção.

No primeiro enunciado de RD1, é relevante a designação de que a construção desse espaço cultural é “um sonho antigo dos artistas e de toda a comunidade araguainense”. Designa-se a construção do espaço cultural de “um grande sonho”, fazendo-se pensar que esse espaço era “almejado” e/ou “inatingível”. A ocorrência da palavra “sonho” produz efeito de que haveria fatores que poderiam dificultar a existência em si dessa construção. Trata-se do efeito de sentido de que essa construção, por algum motivo, seria inatingível num primeiro momento. E, nessa gestão, dados os esforços empreendidos, ela passou a ser do campo da realidade. No enunciado, é marcada a pertença desse sonho: “dos artistas e de toda a comunidade araguainense”. Ao mesmo tempo em que se especifica uma categoria, no caso “artista”, ocorre uma outra categoria, no caso “comunidade”, que generaliza o sonho de Araguaína ter um espaço destinado à arte.

A co-ocorrência dessas categorias produz o efeito de sentido de que o referido sonho pertence à coletividade da comunidade. Se é um sonho coletivo, a execução da obra passa a ter uma justificativa. Salientamos que a marcação dessa pertença à coletividade é efeito da discursividade da “organização” do espaço urbano, buscando produzir um protagonismo regional para esse equipamento. Nessa medida, os espaços urbanos são revitalizados, até na tentativa de se criar uma demanda de ocupação e de uso. Trata-se de um argumento plausível para se justificar, na época, a intervenção intra-urbana.

Na sequência do RD1, salientamos que se passa a textualizar elementos da estrutura física do “Espaço Cultural”: metragem total da construção, quantidade de salas e suas funções. Textualiza-se a informação de que se trata de construção destinada ao teatro com capacidade para 250 lugares e construído no estilo italiano. Após essas informações, é textualizado que a construção desse “Espaço Cultural” é pioneira na área da cultura. A ocorrência da expressão “a primeira grande obra” figura-se como relevante discursivamente. É que a relação de adjetivação, encabeçada pelo adjetivo “grande”, para qualificar a palavra “obra”, abre possibilidades para pensarmos no efeito da categoria “organização”, projetando esse equipamento como indício de potencialidade para o desenvolvimento urbano. Evidencia-se a perspectiva de que não se trata de uma obra qualquer, mas uma “grande obra”, que, além de projetada, foi construída pela Prefeitura.

Ainda por esse recorte, notamos que é salientado o valor total da construção predial do “Espaço Cultural”, sendo informado o valor gasto pelo Governo Federal e pela Prefeitura. Na sequência, passa-se a textualizar que o Teatro Municipal é uma das edificações que compõe o complexo construído para o “Espaço Cultural”. Há uma foto à esquerda do texto, em preto e branco, apresentando uma visão de trás para frente do teatro. No fluxo de informações do texto verbal, destaca-se que esse espaço do teatro não foi acabado por completo, pois ainda faltava a finalização de um teatro, com luzes e sonorização. Contudo, ainda sem o acabamento, o espaço já está sendo utilizado para atividades sociais, tais como: “seminários, palestras e cursos”. Uma vez mais, dado o fato de a obra inacabada já

ter uma apropriação por diferentes atores sociais, mostra-se a busca simbólica de se representar, institucionalmente, a eficácia e o alcance da construção desse espaço. Na toada da revista institucional, é possível interpretarmos que essa obra, ainda inacabada, já potencializa o direito à cidade e os atores sociais por ali já transitam.

Como se trata de uma revista institucional, observamos o tom discursivo de que o espaço construído, além de ser um “sonho” almejado pela comunidade araguaíense, tem uma função social; destaca-se a informação de que ele já está em uso pela comunidade. É possível salientarmos, do ponto de vista discursivo, que tal informação produz o efeito de que houve uma identificação simbólica da comunidade com o espaço. Como ele está localizado em uma região que é próxima ao centro, o acesso e a permanência a esse espaço fazem com que ele seja significado. Geograficamente, ele é significado pelo espaço urbano. Neste ponto, salientamos que estamos enfocando certas discursividades oficiais. Por essa razão, no âmbito da revista, busca-se produzir a representação de que esse Espaço é equipamento urbano com função cultural definida e com alcance social. Contudo, essas discursividades oficiais são passíveis de contradição, como veremos mais adiante.

O próximo recorte discursivo, RD 2, tematiza a informação do nome do “Espaço Cultural”, que é “Agnaldo Borges Pinto:

RD2

O nome do Espaço Cultural de Araguaína é uma homenagem ao pioneiro das comunicações na cidade Agnaldo Borges Pinto, que foi diretor da TV Anhanguera durante vinte anos. Chegou em Araguaína ainda em 1976, quando da implantação da TV Anhanguera e faleceu em setembro de 1996. O Projeto de Lei enviado à Câmara pelo prefeito Paulo Sidnei nomeando o Espaço Cultural com o nome de Agnaldo Borges Pinto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. [...]

Prestando Contas à Comunidade, 2000: 13 (grifos nossos.)

Salientamos que o nome do “Espaço Cultural” é uma homenagem a Agnaldo Borges Pinto, diretor da afiliada da Rede Globo em Araguaína. É textualizado que ele foi um dos primeiros no ramo das telecomunicações na cidade, por essa razão, houve a homenagem a ele. Notamos que é salientada a informação de que o Prefeito Paulo Sidnei remeteu à Câmara o projeto de lei que formalizou o pedido de atribuição do nome “Agnaldo Borges Pinto” ao espaço em questão. É destacada a aprovação, pelos vereadores, por unanimidade. Essa textualização evidencia as especificidades simbólicas do processo de atribuição de nomes às edificações. Produz-se o efeito de que, por se tratar de uma grande obra, é necessário também atribuir um nome de alguém eminente da cidade.

Neste ponto, passamos a tematizar a seção “Cultura”, da Revista “Araguaína – História e Atualidade” (2000), denominada de “Capítulo 15 – Cultura”. A tônica é apresentar um balanço das potencialidades culturais de Araguaína em variadas áreas da cultura, a saber: música, teatro, literatura, festas populares, artes plásticas e artesanato local. A única fotografia apresentada, nessa seção, é do espaço cultural. Interessa-nos, da seção, dois recortes discursivos, cujo critério de seleção é a menção direta ao Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto. Vejamos, a seguir, o RD3, com o primeiro trecho que nos interessa:

RD3

O Município de Araguaína vem sofrendo, desde o início do seu desbravamento, influências culturais das mais diversas regiões brasileiras. Tudo isso em consequência das correntes migratórias que para aqui acorreram, legando a todos nós um acervo histórico-cultural que deve ser catalogado e preservado. Em Araguaína são registrados os mais diferentes tipos de manifestações artísticas, sendo a música o mais forte deles. No Teatro, um dos grupos mais conhecidos é o *Ciganu's Teatro e Dança*, que faz apresentações por todo o estado. Atualmente, para atender à classe teatral, a cidade dispõe do Teatro do Sistema FIETO; e brevemente, o Espaço Cultural, obra que está sendo construída pela Prefeitura Municipal.

Araguaína – História e Atualidade, 2000: 76 (grifos do original)

Destaca-se a informação de que Araguaína, no que diz respeito às manifestações culturais, recebeu a influência cultural de diversas regiões do Brasil. Geograficamente, na região em que se encontra, essa cidade é ponto de atração de diversas pessoas. Além disso, dadas as atividades agropecuárias e a área de serviços, ela recebe movimentos migratórios de outros estados do país, como Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Maranhão dentre outros. Essa heterogeneidade produz implicações para o que se denomina na Revista de “acervo histórico-cultural”; é defendida a ideia de que esse acervo precisa ser “catalogado e preservado”. Produz-se o efeito de que Araguaína tem um protagonismo regional, implicando a heterogeneidade do “acervo histórico-cultural”. A construção desse equipamento, por meio de intervenção intra-urbana, figura como maneira de se catalogar e preservar tal acervo.

Ressalta-se a informação de que há diferentes manifestações artísticas. É mencionada a área do teatro, como uma manifestação representativa e referencia-se um dos grupos mais conhecidos, que é o Ciganu’s Teatro e Dança. Em termos de espaço físico, destaca-se que a área de teatro conta com o Teatro do Sistema FIETO para a apresentação de espetáculos. Nesse ponto, passa-se a fazer alusão à construção do “Espaço Cultural”. Salienta-se que se trata de uma construção gerida pela Prefeitura Municipal.

Consideremos, a seguir, o próximo recorte discursivo que nos interessa:

RD4

Espaço Cultural Agnaldo Pinto, obra construída pela Prefeitura da cidade, contempla todas as manifestações de arte do Município. Conta com teatro em estilo italiano, anfiteatro, palco externo para shows e espaços alternativos para exposições de artes em geral.

Araguaína – História e Atualidade, 2000: 76 (grifos do original.)

O trecho é apresentado na seção em foco, logo abaixo de uma foto colorida, cujo ângulo privilegia uma visão panorâmica do “Espaço Cultural”. Uma vez mais, é ressaltada a informação de que se trata de uma obra construída com recursos da Prefeitura. Em seguida, destaca-se a informação de que o “Espaço Cultural” “contempla todas as manifestações de arte do município”. Ressalta-se a informação de que o teatro foi construído seguindo o estilo italiano, que o “Espaço Cultural” tem um anfiteatro, um palco externo destinado à realização de shows e espaços alternativos para a prática de artes em geral.

O fato de esse Espaço seguir o estilo italiano chama-nos a atenção, sobretudo pelo tipo de construção aberta da concha acústica. Dadas as condições climáticas de Araguaína, com temperaturas variando em torno de 20°C a 35°C, com período chuvoso extenso, esse estilo pode apresentar baixa eficiência no uso cotidiano. Contudo, do ponto de vista institucional, é significado como fator de valorização do equipamento urbano produzido em uma cidade amazônica média.

O próximo recorte, RD5, da Revista “Prestando Contas à Comunidade”, apresenta a institucionalização do que a gestão da época tomou como “planejamento”:

RD5

Planejamento

Instrumento imprescindível para o sucesso de qualquer organização (seja ela pública ou privada), o planejamento foi um dos fatores que mais contribuíram para que a administração araguanense obtivesse o êxito desejado em suas realizações. Graças a isso, a Prefeitura evitou desperdícios, executando obras planejadas, desde o projeto inicial até a sua execução final. “Hoje, não podemos imaginar uma administração sem planejamento. Cada passo deve ser minuciosamente projetado e analisado, pois o que está em jogo é o interesse público”, frisa José Carlos Mendes, assessor de Planejamento.

Araguaína, 2000: 3 (grifos nossos.).

Salientamos que a categoria “organização”, nos moldes do que apontamos, serviu de base para se institucionalizar a perspectiva de Araguaína, como uma cidade em expansão urbana e que seus espaços são devidamente cuidados. Por se tratar de uma revista institucional, busca-se acentuar a questão de que a gestão em tela se mostrou responsável com os recursos públicos, cuidando desde o planejamento das obras até a sua execução. Produz-se a perspectiva, a partir desse recorte discursivo e dos outros mobilizados anteriormente, de que Araguaína só será urbanizada se houver planejamento. Por meio de certos não ditos, e de posse dos sentidos inscritos na materialidade dos recortes discursivos, podemos construir o espaço de interpretação de que houve administrações municipais, em Araguaína, que não conseguiram todo esse êxito aludido nesse último recorte.

Se o tom discursivo desse último recorte é mostrar a necessidade de “planejamento”, e este é institucionalizado como a marca dessa gestão em questão, houve gestões que se propuseram executar obras sem “planejamento”, acarretando, sob esse tom discursivo, um insucesso. A categoria “organização”, em seu funcionamento discursivo, trabalha a seguinte escala: “quanto mais planejamento, mais êxito nas realizações da gestão”; “quanto menos planejamento, menos êxito nas realizações da gestão”. A administração 1997 a 2000 de Araguaína esteve inscrita na primeira escala. Eis o jogo entre o político e o simbólico da linguagem funcionando, pois se busca direcionar sentidos e naturalizá-los. Do ponto de vista da circulação de sentidos, formulam-se diferentes objetos simbólicos, como são as revistas institucionais, para dar visibilidade às ações institucionais.

Essa discursividade sobre o planejamento ganha mais ênfase institucional se considerarmos que Araguaína é uma cidade amazônica, cuja dinâmica aponta para as questões intra-urbanas. Na esteira de Villaça (2001), podemos dizer que é uma cidade em que o deslocamento humano ganha inscrição. Daí as intervenções intra-urbanas ganharem institucionalizações que perpassam, inclusive, pelo discurso da organização de seus espaços.

Observando o noticiário jornalístico digital, é possível afirmar que, ao longo da última década, o Espaço Cultural Agnaldo Borges foi objeto de contestação acerca de seu uso e de sua conservação. Identificamos, por meio de consulta aos principais portais de notícias do município, que, ao longo dos últimos 10 anos, o Espaço tem sido pauta para discursos em torno de sua apropriação, sua conservação e seu manuseio. A seguir, o Quadro 1 com tais informações:

Quadro 1. Discursividades em torno do Espaço Cultural Agnaldo Borges

Data	Portal	Título	RD
02/02/2011	“Portal O Norte”	“Ocioso, Espaço Cultural serve como depósito de materiais”	“A primeira impressão de quem passa em frente ao Espaço Cultural de Araguaína, Agnaldo Borges Pinto, é de que ele encontra-se desativado e parcialmente abandonado. Quase onze anos depois de sua inauguração (...). O anfiteatro do Espaço Cultural já foi muito bem utilizado, como por exemplo, para apresentações teatrais, musicais, sala de cinema e comporta 250 pessoas sentadas (...). O Espaço Cultural é um bem público que deveria estar em bom estado de conservação (...).”
06/02/2018	“Araguaína Notícias”	“Prefeitura vai utilizar R\$500 mil do carnaval para revitalizar Cristo Redentor e Espaço Cultural”	“A Prefeitura de Araguaína irá novamente destinar o investimento que seria feito na festa pública do carnaval para obras de infraestrutura na cidade. Desta vez, o valor estimado de R\$ 500 mil que seria para a folia será utilizado na revitalização do Espaço Cultural (...).”
03/10/2019	“AF Notícias”	“DPE cobra reforma do Cristo e Espaço Cultural de Araguaína”	“A revitalização do Cristo Redentor e do Espaço Cultural, em Araguaína, foi o tema de uma reunião entre o defensor público <i>Pablo Mendonça Chaer</i> e o secretário municipal da Educação, Cultura,

		com dinheiro que seria gasto no carnaval”	Esporte e Lazer, <i>José da Guia Pereira da Silva</i> , nesta terça-feira (...). A manutenção desses espaços vem sendo acompanhada pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) após moradores reclamarem da precariedade das instalações dos locais (...).”
26/05/2020	“ROTA – TO”	“Vereador solicita ao Poder Executivo a reforma do Espaço Cultural de Araguaína”	“(…)solicitou ao poder executivo, através de requerimento aprovado na Câmara Municipal de Araguaína, a reforma do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto, de acordo com o parlamentar a estrutura do prédio é antiga, precisa de manutenções (...) solicita uma atenção com mais cuidado ao local que hoje passa despercebido trazendo uma sensação de abandono.”
20/09/2020	“Coluna do CT”	“Em Araguaína, Wagner diz que vai fortalecer o setor e revitalizar Espaço Cultural “sem depender de emenda”.	Revitalização do Espaço Cultural Wagner ainda afirmou que a revitalização do Espaço Cultural será uma das primeiras ações de seu governo. “Falta fazer uma complementação e vamos chamar vocês para o compromisso. Ronaldo [Dimas, prefeito] fez muito e a gente precisa continuar cuidando das famílias”, disse o candidato.

Fonte: Elaboração dos autores.

Considerando o trabalho de arquivo textual em portais de notícias locais, notamos que a discursividade da “organização” segue operando efeitos. A partir dos RDs mobilizados no Quadro 1, observamos que se constrói, textual e discursivamente, a necessidade de o espaço ser revitalizado. A argumentação sobre essa revitalização pode ser lida e problematizada via teorizações de Orlandi (1999) e Villaça (2001). O Espaço Cultural demanda intervenção governamental para que a revitalização aconteça; muito em função do deslocamento do humano no espaço intra-urbano. Por essa razão, é preciso organizar o Espaço Cultural a ponto de torná-lo apto ao uso novamente.

Ao particularizarmos o enfoque para o primeiro RD do Quadro 1, salientamos que o deslocamento do humano é ali discursivizado. Tematiza-se a primeira impressão de quem passa em frente ao Espaço Cultural. O estado atual deste Espaço é qualificado de modo negativo (“[...] encontra-se desativado e parcialmente abandonado [...]”), até como argumento para se sustentar a necessidade da intervenção intra-urbana. O trecho final do RD em questão tematiza o argumento de que, por ser um bem público, o Espaço Cultural deveria estar conservado, para que a população de Araguaína pudesse usufruir “com excelência”.

O segundo RD do Quadro 1 discursiviza o fato de que o poder público municipal, em vez de financiar a festa do Carnaval de 2018, na cidade, iria destinar novamente o valor para revitalizar o Espaço. No ano seguinte, como dá a perceber o terceiro RD, a questão da revitalização desses dois espaços continua sendo pauta da sociedade. Desta vez, essa pauta conta com a atuação da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), em diálogo com representantes da Secretaria Municipal de Educação. O critério do deslocamento humano pela cidade ganha força, pois se tematiza a discursividade de que os moradores reclamaram do modo precário das instalações. Vemos aí a categoria “organização” regular discursivamente a necessidade da revitalização.

O quarto RD do Quadro 1 expressa a continuidade da pauta de revitalização. Em 2020, desta vez partindo de representante do legislativo municipal, defende-se a reforma, sob a perspectiva de que a percepção da população

é fator de argumentação. A população, por se deslocar e se deparar com o Espaço Cultural, é afetada pela sensação de abandono do local. Esse fator de argumentação continua, em momentos atuais, como notamos a partir do último RD do quadro. Dado o momento de pré-campanha eleitoral para a Prefeitura, um dos candidatos faz menção de que a revitalização do Espaço Cultural será uma ação prioritária de seu governo. E o deslocamento humano, como critério maior, segue operando efeitos discursivos, pois se produz a vinculação de que cuidar do Espaço Cultural é “continuar cuidando das famílias”.

Do ponto de vista discursivo, sob as categorias “simbólico” e “político”, conforme abordagem teórica produzida anteriormente, salienta-se o papel do poder público na condição de planejador, de regulador e de financiador do desenvolvimento do espaço urbano. Na condição de processo, se enfocarmos os anos de veiculação das notícias, destacamos os diferentes arranjos nas práticas espaciais e temporais em torno do Espaço Cultural, o que mostra que o processo de urbanização afeta e constitui o cotidiano da população. Não é à toa que o argumento principal para as ações modificadoras (organizadoras) está vinculado ao olhar da população (ou de certos segmentos da população).

Considerações finais

Inscritos em teorizações formuladas por Orlandi (1999), por Ultramarini (2019) e por Villaça (2001) sobre a “ordem do discurso urbano” e sobre o intra-urbano, buscamos pensar a construção do “Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto”, na cidade de Araguaína, a partir de seu poder simbólico. Consideramos que essa construção nasce de um processo de urbanização da referida cidade em que a categoria “organização” exerce forte poder estruturante. Para urbanizar a cidade, passa-se a construir e/ou a revitalizar os espaços, apostando, sobretudo, na construção de grandes edificações. E, para fazer circular esse ideário de cidade urbanizada, tanto do ponto de vista institucional quanto midiático, diferentes objetos simbólicos são postos em circulação.

As duas revistas particularizadas para a análise fizeram circular diferentes materialidades textuais sobre a construção desse “Espaço Cultural”. Contudo, o tom discursivo entre elas mantém uma similitude, pois se busca significar esse equipamento urbano como eficaz e de grande alcance na cidade. A administração pública municipal, gestão de 1997-2000, nas diferentes áreas da gestão (educação, segurança pública, saúde, cultura), filiou-se à discursividade de Araguaína como uma cidade em processo de urbanização. E que o ponto de partida para esse processo seria a necessidade de “planejamento”. Os RDs mobilizados de diferentes portais de notícias locais permitiram-nos tematizar que essa discursividade segue operando efeitos, dadas as práticas espaciais e temporais. Desde a inauguração até os dias atuais, como dimensionaram os RDs, o Espaço Cultural acentua a necessidade de ações modificadoras encabeçadas pelo poder público.

A construção do “Espaço Cultural”, nesse processo acentuado de urbanização de Araguaína, integra as grandes obras da referida gestão. A construção discursiva em torno dela é a de que as práticas culturais têm se acentuado, em suas diferentes vertentes, necessitando de um lugar simbólico no próprio espaço urbano. Não podemos nos esquecer, na esteira de Ferreira (2011), de que o espaço urbano e as reestruturações pelas quais ele passa servem de base para a reestruturação do capitalismo. Os redimensionamentos espaciais e temporais, nos espaços urbanos, são fruto da lógica do capitalismo, tendo na categoria “organização” seu ponto de aplicação, para usarmos os termos de Orlandi (1999).

Buscamos propor diálogo conceitual entre as perspectivas defendidas por Orlandi (1999), por Ultramarini (2019) e por Villaça (2001), resguardando as devidas especificidades da elaboração de cada autor. O nosso viés de abordagem entre eles foi o de que as intervenções intra-urbanas, em Araguaína, orientam-se por sua condição sócio-histórica de cidade média. E trata-se de cidade média, inscrita na dinâmica amazônica, de que ela se configura como ponto simbólico, inclusive, para abrigar o deslocamento humano. É, por essa razão, e por tantas outras, que a cidade de Araguaína passa a ser significada pela “ordem do discurso urbano”.

Destacamos que essa ordem, no caso de Araguaína, opera efeitos, também, no planejamento de espaços públicos. Trata-se, a nosso ver, de uma expansão do processo de urbanização, cuja demanda maior parece ser o fato de que

as pessoas, por se deslocarem e se fixarem na cidade, precisam usufruir de espaços de sociabilidade. As revistas institucionais analisadas apontam para a discursividade de que a gestão municipal da época esteve alinhada a esse processo de urbanização.

Bibliografia

- Amorim Filho, O., & Serra, R. V. (2001). Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional, in Andrade, T. A., & Serra, R. V. (orgs). *Cidades médias brasileiras. Repositório do Conhecimento do IPEA*. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3081>. Acessado em 21/05/2020
- Becker, B. K. (1990). *Amazônia*. São Paulo: Ática.
- Becker, B.K. (1995). Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest, in M. Clüsenergodt, I. Sachs (orgs.) *Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region*. Paris: UNESCO, 15, 53-89.
- Becker, B.K. (2013). *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bogniotti, G. M.C. (2018). *Cidades médias brasileiras: que perfil é esse?* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós Graduação. Brasília, UNB.
- Brandão, C. (2004). *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. Tese – livre docência. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.
- Brandão, C (2007). *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Cabral, M. P. (2018). *Território urbano em disputa: as transformações no Centro de Porto Alegre como resultado de disputas de múltiplos agentes urbanos no período de 2005 a 2017*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS.
- De Frantz, M. (2005). From Cultural Regeneration to Discursive Governance: Constructing the Flagship of the ‘Museumsquartier Vienna’ as a Plural Symbol of Change. *International Journal of Urban and Regional Research*. Blackwell Publishing Ltd, MA, USA. 29, 1 March, 50–66.
- Dourado, S. P. da Costa (2018). A contribuição de Georg Simmel para pensar o crescimento das cidades médias no Brasil. Paper apresentado no 42 Encontro Anual da ANPOCS. GT 32. Teoria social: agendas, desafios e perspectivas, 22 – 26 outubro, 2018, Caxambú.
- França, I. S. de, & Soares, B. R (2007). O espaço intra-urbano de uma cidade média e suas centralidades: uma análise de Montes Claros no norte de Minas Gerais. *Caminhos de Geografia Uberlândia*, 8, 24, p. 75–94.
- Ferreira, A. (2011). *A cidade no século XXI – Segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Hannigan, J., & Richards, G. (2017). *The SAGE Handbook of New Urban Studies*. USA: Sage Publications.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Hillier, B., & Hanson, J. (2009). *The social logic of space*. Cambridge University Press.
- Júnior, E. G., & Nascimento, H. M. (2014). A centralidade do município de Araguaína – TO na Amazônia Oriental. Paper apresentado no XIII Seminário Internacional RII & VI Taller de editores RIER. 01 a 04 de abril, Salvador – Brasil.

- Le Corbusier (1995). Urbanisation de la ville d'Alger, 1930. Projet A, in W. Boesinger (Ed.) *Le Corbusier - œuvre complete*, volume 2: 1929-1934. Berlin: Birkhäuser, 140–143.
- Lévy, J. (1991). A-t-on encore (vraiment?) besoin du territoire. *Espaces temps*, 51-52, 102–142.
- Lima, J. Gomes, Silveira, R. L. L. (2018). Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: cidades de comando regional, in *Desenvolvimento em Questão*, 42, jan./mar., 8–41.
- Miller, B; Nicholls, W. (2013). *Social Movements in Urban Society: The City as A Space of Politicization*.
- Orlandi, E. (1999). N/O Limiar da cidade. *Rua, Campinas*, Número especial: 7–19.
- Orlandi, E. (2011). A casa e a rua: uma relação política e social, *Educação e Realidade*, 36, 3, 693–703.
- Rolnik, R., & Klink, J. (2011). Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades são tão precárias?, *Revista Novos Estudos CEBRAP*. 89, 30, 1, 89–109.
- Sassen, S. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel.
- Scherer, C. E. M., & Amaral, P. V. M. (2020). O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 22.
- Sodré, R., & Ramires, J.C.de L. (2017). Contribuições ao estudo de cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas, no Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, 20, 1, 169–188.
- Souza, M. V. M. et al. (2007). Reflexões sobre o conceito de cidade média e a configuração das estruturas comerciais varejistas e de serviços: o caso do bairro Planalto em Uberlândia (MG). Paper apresentado no Simpósio Nacional De Geografia Urbana, Florianópolis: UFSC, 1–21.
- Sposito, M. E. B. (2006). O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. *Cidades*, 3, 5, 143–157.
- Steinberger, M., & Bruna, G. T. (2001). Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. in T. A. Andrade, & Serra, R. V. (orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 35–77.
- Trindade-Júnior, S. C. (2013). Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia, *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, 3, 2, 89–108.
- Ultramari, C. (2019). Conceito de cidade: dificuldades e razões para formulá-lo. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15, 6, Edição Especial, 277–294. Taubaté, SP, Brasil.
- Vasconcelos, P. A. (2015). As metamorfoses do conceito de cidades, *Mercator*, 14, 4, Número Especial, 17–23.
- Vicentini, Y. (2001). Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 3, 9–31.
- Villaça, F. (2001). *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: APESP: Lincoln Institute.
- Zandonadi, J. C. (2011). Cidades médias e cidades de porte-médio: um debate conceitual a partir da situação geográfica e das centralidades intraurbanas de Taboão da Serra (SP), São Carlos (SP) e Marília (SP). Paper apresentado no Simpósio Nacional De Geografia Urbana 12. Belo Horizonte: UFMG, 1–20.